



ITAÚ NA DEFESA DA TERCEIRIZAÇÃO

Tratando precarização como "avanço", vice-presidente do banco reforça prática da instituição que aumentou em 137% as despesas com terceiros entre 2008 a 2014 e diminuiu seu quadro de pessoal em 20,2% no mesmo período

Os bancários que ainda têm dúvidas sobre se a terceirização na atividade-fim é boa ou ruim, talvez as esclareçam ao levar em conta o depoimento da vice-presidente do Itaú, Cláudia Polittanski, durante festa do jornal *Valor*, no dia 4. Para a executiva, a terceirização é boa para os trabalhadores: “É um projeto (PL 4330) bom, de avanço. Não prejudica os direitos trabalhistas, muito pelo contrário, em alguns aspectos reforça a CLT”, afirmou na entrevista, reforçando a visão do empresariado sobre o tema.

E para os bancários que creem que a terceirização não atingirá funções como a de caixa ou gerência, Cláudia Polittanski, esclarece: “Essa discussão sobre atividade-meio e fim é falaciosa. É muito difícil usar esse critério para definir”, declarou, defendendo a criação de um “sindicato” para representar empresas terceirizadas.

“É lamentável ver uma declaração como essa, defendendo a precarização do trabalho no país, justamente da direção de uma empresa que apenas nos primeiros três meses deste ano alcançou lucro de quase R\$ 6 bi, crescimento de 28% em relação a março de 2014”, afirma a diretora executiva do Sindicato e funcionária do Itaú Marta Soares, ressaltando que parte desses vultosos ganhos vem justamente da terceirização, institucionalizada no banco.

Entre 2008 e 2014, o Itaú aumentou em 137,2% o gasto em serviços de terceiros. “E o número de empregados no banco caiu 20,2% no mesmo período. E aí perguntamos à vice-presidente do Itaú: a terceirização é boa para quem? Enquanto tira a vaga de trabalho do bancário, o Itaú usa mão de obra terceirizada, que não usufrui de direitos da categoria como vales refeição e alimentação, licença-maternidade de 180 dias ou auxílio-educação”, critica Marta.

“Na área de tecnologia do Itaú, por exemplo, dos aproximadamente 10 mil funcionários, 3 mil são terceirizados. Eles ganham, em média, 40% menos que os bancários. O avanço na precarização nas últimas décadas só não é maior por conta da luta da categoria bancária, ao lado do Sindicato, contra a terceirização”, relata.

Eles querem mais – O projeto da terceirização, aprovado na Câmara como PL 4330, agora é PLC 30/2015 no Senado. Apesar de rasgar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ao autorizar a terceirização em qualquer setor e atividade das empresas, os empresários querem mais. É o que retrata a edição 1.089, de 13 de maio, da revista *Exame* – uma das publicações preferidas da classe empresarial e que nem sempre retrata os dois lados dos fatos. A revista destaca que desde 2004, quando foi encaminhado à Câmara, a proposta de regulamentação da terceirização recebeu 240 emendas que podem trazer “novos problemas” para o “setor produtivo”.

Os problemas são, por exemplo, “custos desnecessários” como o fundo de 4% do valor dos contratos, que garantiria o pagamento de verbas trabalhistas. Na *Exame*, a garantia de algum direito para os terceirizados é caracterizada com eliminação de “vantagens” para os empresários.

Assim como a vice-presidente do Itaú parece crer, a *Exame* ouviu uma fonte que afirma que terceirizados ganham menos porque a maioria está em serviços de segurança e limpeza ou “menos qualificados”. “E o que eles têm a dizer dos terceirizados do setor financeiro que recebem menos para fazer atividade de bancários?”, questiona Marta. “Não se engane e proteste: o que as empresas querem, com o PL da terceirização, é lucrar mais retirando seus direitos.” ✖

PROTESTO “PINTA” PAULISTA DE PRETO



Preto foi a cor predominante na manhã de quinta 7, na Avenida Paulista. O Sindicato promoveu cortejo fúnebre para protestar contra a precarização do trabalho e chamar a atenção da população sobre os riscos da terceirização. Placas estampavam o rosto de cada parlamentar que traiu os trabalhadores ao votar a favor do PL 4330 na Câmara. O cortejo contou ainda com estátuas vivas e caixões, simulando o “enterro” da CLT e da carteira assinada.

Difícil era encontrar na Paulista algum trabalhador a favor da terceirização da atividade-fim. “Sou contra. As empresas não serão mais obrigadas a contratar ninguém pela CLT, apenas prestadores de serviço. Vai virar uma selva”, afirmou o designer gráfico Arthur Silva. “Sou completamente contra. Isso significa retirar direito do trabalhador”, disse o bancário Carlos.

Leia e veja vídeo no www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11126.

29 DE MAIO É DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

Todos os bancários devem reforçar a luta contra a terceirização no Dia Nacional de Paralisação, na sexta 29 de maio. A mobilização promovida pela CUT é contra a aprovação do PL da Terceirização e contra a retirada de direitos dos trabalhadores, previstas nas MPs 664 e 665 (leia na página 3). Dirigentes da Central estarão também durante esta semana nos aeroportos e em Brasília para pressionar os parlamentares.

A categoria também deve protestar contra a terceirização enviando mensagem aos deputados e senadores (veja endereços no www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11161) ou via enquete promovida pelo Senado (www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaotexto?id=164641), na qual o PL da Terceirização já aparece com seu novo nome: PLC 30/2015.

AO LEITOR

Direito não se retira

As últimas semanas têm sido de ainda mais luta para os trabalhadores. Por todo o Brasil, debates, atos, protestos contra a retirada de direitos. O Sindicato está atento a cada movimento e fazendo sua parte, seja nas ruas denunciando os parlamentares que votam contra os trabalhadores, seja nos gabinetes em Brasília cobrando o respeito ao que foi duramente conquistado.

O pior exemplo dessa investida é o PL 4330, que libera a terceirização na atividade-fim das empresas até acabar com o emprego formal e direitos como férias, 13º, fundo de garantia. Além disso, as medidas provisórias 664 e 665, que restringem acesso a benefícios previdenciários.

Tanto o PL da Terceirização quanto a MP 665 já passaram pela Câmara dos Deputados. A MP 664 deve ser votada nesta terça (*leia mais na página 3*).

As MPs foram editadas sob a desculpa de corrigir distorções e promover um ajuste fiscal que traria economia aos cofres públicos. Para os trabalhadores elas significam redução de direitos e não aceitamos.

O movimento sindical se colocou à disposição para debater as tais "distorções" e apontar outras formas muito mais eficazes de resolvê-las, seja taxando grandes fortunas ou acabando com a sonegação fiscal. Mas retirar direitos não! Somos contra e já informamos isso ao governo que, aliás, não foi eleito para colocar em jogo conquistas de décadas de luta.

Juvandia Moreira
Presidenta do Sindicato

Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP

Presidenta: Juvandia Moreira

Diretora de Imprensa: Marta Soares

e-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br

Redação: André Rossi, Andréa Ponte Souza, Gisele Coutinho, Luana Arrais e Rodolfo Wrolli

Edição: Jair Rosa (Mtb 20.271)

Edição Geral: Cláudia Motta

Diagramação: Fabiana Tamashiro e Linton Publio

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: **Paulista:** R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7873/3285-0027 (Metrô Brigadeiro). **Norte:** R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metrô Santana). **Sul:** Av. Santo Amaro, 5-914, tel. 5102-2795. **Leste:** R. Icem, 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metrô Tatuapé). **Oeste:** R. Benjamin Egas, 297, Pinheiros, tel. 3836-7872. **Centro:** R. São Bento, 365, 19º andar, tel. 3104-5930. **Osasco e região:** R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

f /spbancarios y /spbancarios

www.spbancarios.com.br

CCT

Licença-maternidade é conquista

Seis meses para bancárias ficarem com filhos recém-nascidos veio após muita luta da categoria; direito corre risco com PL da Terceirização

Ao engravidar, toda bancária deve lembrar que sua categoria tem direito à licença-maternidade de seis meses e isso garante mais tempo com seu bebê, amamentação por período maior e uma volta ao trabalho mais tranquila.

O que muitas trabalhadoras podem achar que é um benefício dado pelos bancos, na verdade é fruto de intensa luta, e passou a integrar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em 2009, com a adesão da maior parte das instituições no ano seguinte.

A bancária Maria (nome fictício), do Santander, está de licença e ainda curtirá seu bebê

em casa por mais três meses. “Seria um pouco complicado voltar antes, pois o bebê não estaria totalmente preparado para ficar em uma creche ou com alguém da família”, explica a trabalhadora, que tem consciência de que o prazo ampliado é direito conquistado na mobilização das campanhas nacionais e greves dos bancários.

Outros depoimentos de mães bancárias sobre esse e outros avanços estão em vídeos no www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11151.

Direitos ameaçados – A licença-maternidade de seis meses, no entanto, é um dos direi-

tos ameaçados pelo projeto de lei da terceirização, que prevê, dentre outras medidas danosas ao trabalhador, a terceirização de todas as atividades das empresas, inclusive a principal.

Um exemplo do que pode acontecer é funcionários de *call center* de bancos passarem a integrar a categoria de operadores de telemarketing. Assim, não mais se beneficiariam dos avanços previstos na CLT, a exemplo da licença-maternidade de seis meses.

O texto-base e destaques do PL 4330 foram aprovados na Câmara sob protestos dos trabalhadores. O debate agora é no Senado, onde o projeto tem novo no-

me: PLC 30/2015 (*leia mais na capa*). ✨



CAIXA FEDERAL

Assembleia quinta elege delegados para congresso



A Campanha Nacional Unificada 2015 está começando para os empregados da Caixa Federal. O primeiro passo ocorre quinta 14, a partir das 19h, com a realização de assembleia na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Sé) para eleger os delegados de São Paulo, Osasco e região ao Congresso Estadual da Fetec-CUT/SP, em 30 de maio. É lá que se iniciam os debates das reivindicações específicas a serem entregues à direção do banco público.

“É necessário que todos compareçam para eleger seus representantes. Esses delegados, juntamente com os eleitos de outros municípios de São Paulo, indicarão as prioridades do estado a serem levadas ao nosso congresso

nacional, o Conecef, do qual sairá a pauta final para a discussão do acordo aditivo junto à Caixa”, explica Dionísio Reis, diretor executivo do Sindicato.

Do Congresso Estadual sairão os representantes de São Paulo para o 31º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), marcado para os dias 12, 13 e 14 de junho.

“A conjuntura aponta que o debate será centralizado em temas como a luta por mais contratações, pelo fim da GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas) e pelo fortalecimento do caráter público da empresa. Mas é importante que os trabalhadores de todos os setores apresentem a seus delegados as questões que mais afetam seu dia a dia”, diz o dirigente.

Haverá credenciamento para participar da assembleia e será necessário crachá do banco ou holerite e documento com foto. ✨

BANCO DO BRASIL

Reunião aborda déficit da Cassi

Após cobranças, finalmente banco recebe representantes do funcionalismo para debater alternativas para enfrentar problema

Depois de diversas cobranças do movimento sindical, o Banco do Brasil marcou negociação para discutir a Cassi (Caixa de Assistência), que encerrou 2014 com déficit de R\$ 108 milhões. A reunião será nesta terça 12 e, além da Comissão de Empresa dos Funcionários, participam representantes de associações dos bancários da ativa e de aposentados.

Silvia Muto, diretora do Sindicato, ressalta que os conselhos e diretores eleitos na Cassi rejeitaram as medidas propostas pelo banco para equacionar as contas da entidade, que previam onerar os participantes. Entre elas, o aumento da contribuição mensal dos trabalhadores que passaria de 3% para 4,5% do salário, a cobrança de coparticipação em consulta e exames e o pagamento de R\$ 1,5 mil de franquia em caso de internação.

“Defendemos solução negociada para o déficit e a adoção de medidas de médio e longo prazos que passam pelo fortalecimento do modelo de Estratégia de Saúde da Família e das CliniCassi. São providências que priorizam a prevenção, reduzindo o número de internações e exames, aliviando as despesas da Cassi”, diz Sílvia. ✨

Trabalhadores rejeitam medidas que oneram apenas os participantes

ZELOTES

Dívidas de empresas cobririam seis ajustes fiscais

Maiores débitos com a Receita somam R\$ 357 bi, seis vezes mais do que governo diz precisar para equilibrar orçamento

Só com as multas e dívidas de empresas paradas no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), o governo federal conseguiria fazer o ajuste fiscal pretendido e ainda sobriaria recurso. É o que mostra levantamento com base em dados do próprio Carf, de fevereiro deste ano. O órgão – responsável por julgar recursos contra multas aplicadas pela Receita a contribuintes suspeitos de sonegação – está sendo investigado pela Polícia Federal por suposto esquema de fraude, na chama-

da Operação Zelotes, deflagrada no final de março.

O levantamento mostra que as 780 maiores dívidas (acima de R\$ 100 milhões) somam R\$ 357 bilhões. Enquanto que o ajuste fiscal pretendido pelo governo este ano é de pelo menos R\$ 60 bi. Ou seja, o montante parado em processos no Carf é quase seis vezes maior do que a economia que o Estado pretende fazer com cortes de gastos públicos, incluindo aí a restrição a benefícios trabalhistas pretendida com as MPs 664 e 665 (*leia no box*). A economia esperada somente com o texto original das MPs chegava a R\$ 11 bi, 32 vezes menor que os R\$ 357 bi devidos por grandes empresas.

“Isso comprova que há outras formas de o governo economizar

**AJUSTE FISCAL
PRETENDIDO
PELO GOVERNO**

**R\$ 60
BILHÕES**

**780 MAIORES DÍVIDAS
DAS EMPRESAS
COM A RECEITA**

**R\$ 357
BILHÕES**

sem ter de mexer com os direitos dos trabalhadores. Uma delas é melhorar os mecanismos de combate à sonegação, praticada principalmente por grandes empresas, como bancos, citados na Operação Zelotes. Outra é taxar grandes fortunas”, diz a presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira. “Somos contra as MPs 664 e 665”, reforça. ✦

**LEIA
MAIS**

www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11145

TRABALHADORES MOBILIZADOS CONTRA MPS 664 E 665

Para fazer o ajuste fiscal o governo federal enviou ao Congresso duas medidas provisórias que restringem o acesso a direitos trabalhistas: as MPs 664 e 665. A Câmara aprovou, na quarta 6, a MP 665, que dificulta a obtenção do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso. Entre outros pontos da proposta, o trabalhador terá direito ao seguro-desemprego se tiver trabalhado por pelo menos 12 meses ininterruptos nos 18 meses anteriores à demissão. Antes, precisava de apenas seis meses. A MP 665 agora segue para o Senado.

Nesta terça, a Câmara vota a MP 664 que altera regras para concessão de pensão por morte e auxílio-doença. O texto, já modificado pelo relator, prevê, entre outros pontos, no mínimo 18 meses de contribuição para que cônjuge ou companheiro tenha direito ao benefício. Antes a lei não estabelecia tempo de carência. No caso do auxílio-doença, amplia de 15 para 30 dias a obrigação da empresa pagar salário ao empregado afastado.

Contrária às MPs, assim como o Sindicato, a CUT agendou mobilizações para este dia 12 nos aeroportos das capitais para pressionar deputados que embarcam a Brasília a votarem contra a MP 664. À tarde, dirigentes visitarão gabinetes de senadores para pressionar contra a MP 665 e contra o PL 4330, da terceirização (PLC 30/2015 no Senado).

Leia mais no www.spbancarios.com.br

SANTANDER

Fim da isenção de tarifas revolta bancários

Movimento sindical reivindica que direção do banco espanhol revogue medida unilateral que determinou cobrança aos trabalhadores

Os trabalhadores estão indignados com suas inclusões, de forma unilateral pelo Santander, na chamada modalidade Van Gogh de conta corrente, perdendo a isenção de cobrança em pacote de tarifas e passando a pagar, em média, R\$ 14 a R\$ 45 mensais. O Sindicato reivindicou a suspensão da medida, mas o banco ainda não se

posicionou.

Maria Rosani, diretora executiva do Sindicato, destaca que há muitos anos os funcionários estão isentos dessa cobrança e considera a prática um desrespeito. “O balanço mostra que o Santander arrecadou em 12 meses R\$ 2,8 bilhões apenas com serviços e tarifas, o que cobre 152% das despesas com

pessoal. Nada justifica essa cobrança.”

Além da suspensão da medida, o Sindicato quer que a isenção passe a integrar o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), sendo inclusive extensiva aos aposentados do banco. ✦

**LEIA
MAIS**

www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11149

SINDICATO APOIA SETE CANDIDATOS À CIPA DO CASA 1

Os bancários do Casa 1, concentração do Santander na zona sul da capital, escolherão seus representantes na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Sete candidatos são apoiados pelo Sindicato e a eleição ocorre nos dias 13 e 14, quarta e quinta-feira, com urnas itinerantes em todo o prédio, que reúne cerca de 2,1 mil bancários.

Os candidatos apoiados pelo Sindicato são: Antonio José Alves de Souza, Fábio Cspai, Maurício Vieira, Aldo de Souza Matos, Flavia Fonseca, Antonio Bugiga e Rita de Cássia Lee Jones.

O trabalhador deve votar apenas em um candidato, caso contrário anulará seu voto.

**COMUNICAÇÃO**

RdB debate PL da Terceirização e maioria penal

Já saiu a edição de maio da *Revista do Brasil*, com reportagem sobre os problemas da PEC 171, que prevê a redução da maioria penal dos atuais 18 anos para 16 anos. Os defensores apontam a diminuição da criminalidade como principal argumento, mas dados mostram que o número de adolescentes infratores no país não é tão

grande quanto querem fazer supor. Em 2012, ao todo 108.554 jovens cumpriam algum tipo de medida socioeducativa, o que equivale a apenas 0,18% dos 60 milhões de brasileiros com menos

de 18 anos. Deles, somente 13,3% tinham praticado crimes contra a vida. A prática de roubo respondeu por 38,6% dos casos e o tráfico de drogas, por 27%.

A *RdB* traz ainda reportagem sobre os males da terceirização sem limites prevista no PL 4330, aprovado pela Câmara, e agora no Senado (onde é PLC 30/2015). Além de matérias de turismo, cultura, artigos e muito mais.

Em casa – Sindicalizados podem receber a *Revista do Brasil* em casa e gratuitamente, basta se cadastrar pelo migre.melpOKHM. O conteúdo da *RdB* também pode ser lido no www.redebrasilatual.com.br. ✦

DESENVOLVE SP

Ponto eletrônico

O Desenvolve SP está comparando o horário em que trabalhadores passam pela catraca de entrada e saída com o ponto eletrônico de cada departamento. Isso é ilegal, pois caracteriza duas formas de marcação. O Sindicato já cobrou medidas. Leia em www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11158. ✦

PREVISÃO DO TEMPO

ter	qua	qui	sex	sáb
Min. 15°C Máx. 20°C	Min. 14°C Máx. 20°C	Min. 15°C Máx. 22°C	Min. 15°C Máx. 23°C	Min. 15°C Máx. 23°C

PROGRAME-SE

TORNEIO DE TRUÇO



É hora de colocar as cartas na mesa. Estão abertas as inscrições para o torneio de truco em dupla, marcado para o dia 30, na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro). Vai ter cerveja, churrasco e muitos brindes, além de prêmios para os vencedores. Bancários sindicalizados e seus dependentes podem pedir a ficha de inscrição pelo e-mail edsonpiva@spbancarios.com.br.

GOSTA DE STAND UP?

Para quem gosta de comédia *stand up*, o espetáculo *Nacur que me pariu*, de Douglas Nacur, poderá ser visto em única apresentação no Teatro Caritas, sábado 16, às 21h. O ingresso custa R\$ 50, mas bancários sindicalizados poderão aproveitar o desconto especial e pagar R\$ 10. Vale também para os dependentes (até seis pessoas). A censura é de 16 anos e o teatro fica na Rua Pedro Paulino dos Santos, 157, São Mateus. Informações: 3729-1029 ou 3807-1089.

FOTOGRAFE SUA CIDADE



Já enviou sua foto para a mostra dos bancários? Se já, você está concorrendo a prêmios. Se não, ainda dá tempo. Entre agora mesmo no site do Sindicato e

consulte o regulamento. É possível enviar até três fotos que podem ser feitas até pelo celular com registro de uma cena comovente, uma paisagem bonita ou outra situação que retrate a cidade em que você mora ou trabalha. Saiba mais: goo.gl/Eazu1q.

CENTRAL DE CONCURSOS

Aproveite as vantagens do convênio entre o Sindicato e a Central de Concursos para bancários sindicalizados e seus dependentes. O desconto é válido para mensalidades e material didático. Mais informações no site www.centraldeconcursos.com.br ou pelo 3017-8819. Para conhecer todos os convênios oferecidos pelo Sindicato, consulte o *Guia de Convênios*: goo.gl/2Zanug.

CRISE HÍDRICA

Alckmin volta a "cogitar" rodízio

Comitê anuncia possibilidade de cinco dias sem água; população continua sofrendo com falta de transparência

O Comitê da Crise Hídrica, criado pelo governo do estado, trabalha novamente com a possibilidade de implantar o rodízio de cinco dias sem água e dois com água nas áreas abastecidas pelo Sistema Cantareira. O anúncio veio após o presidente da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), Jerson Kelman, admitir em documento que a utilização do volume morto do Cantareira poderia ter sido evitada se a operação do sistema fosse feita de forma mais segura nos últimos três anos.

Por conta da pior crise hídrica em 84 anos, o comitê – formado por repre-

sentantes da Sabesp, da Defesa Civil, da Secretaria de Segurança Pública, da prefeitura de São Paulo, universidades e sociedade civil – discute desde março medidas emergenciais caso um rodízio seja adotado.

“Quanto mais o tempo passa, a situação real acaba vindo à tona: se o governo tivesse admitido que vivemos uma crise desde o início de 2014, talvez não tivéssemos chegado neste ponto”, aponta Edson Aparecido Silva, integrante do Coletivo de Luta pela Água, formado por movimentos sociais e sindicais. Edson destaca que a falta de transparência do Estado só agrava a situação e prejudica a população. “Até agora não apresentaram um plano efetivo, não sabemos como vão agir para abastecer os locais mais distantes, por exemplo”, diz.

Para o representante do Coletivo, as atitudes do governo demonstram irresponsabilidade e fazem com que as pers-

pectivas para este ano sejam de uma crise pior que a de 2014. “Eles só assumiram agora que tudo poderia ter sido evitado, por conta do calendário eleitoral. É por isso que, mesmo tendo autorização para aumentar a tarifa, só estão botando em prática agora, quando vamos pagar por algo que não temos”, critica. Edson acredita que, além do rodízio, a utilização de mais uma cota do volume morto seja aventada, com o agravamento da crise. ❖

LEIA MAIS www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11148

5 DIAS SEM ÁGUA

EDUCAÇÃO

Professores mantêm greve e não sofrerão desconto

Em assembleia na sexta 8, no vão livre do Masp, os professores da rede pública estadual de São Paulo decidiram manter a greve iniciada em 16 de março. Eles reivindicam melhorias na educação e aumento de 75,33%. Uma nova assembleia da categoria está marcada para sexta 15, também no Masp.

Na quinta 7, os professores conseguiram na Justiça liminar proibindo que o governo estadual descontasse os dias parados de seus salários, enquanto a legalidade ou não da greve não fosse julgada. Com isso, o governo Alckmin terá de devolver o que já descontou. No mesmo dia, houve um ato em frente ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE), na Sé, que contou com o apoio de outras categorias ao movimento (foto).

A presidenta do Sindicato, Juvandina Moreira, participou da mobilização. “Estamos do lado dos professores, todo



mundo sabe da importância do professor, somos solidários a essa luta que é de todo brasileiro. Queremos educação pública de qualidade, é importante ter professor valorizado e não agredido”, disse, referindo-se ao ataque da PM comandada pelo governador Beto Richa (PSDB) aos professores do Paraná, em 29 de abril.

Leia mais www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=11135. ❖

